

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO E FATORES DETERMINANTES NO DISCLOSURE VOLUNTÁRIO EM RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC): UM ESTUDO COM EMPRESAS DO SEGMENTO INDUSTRIAL LISTADAS NA BOVESPA

RESUMO

O presente trabalho a partir de uma amostra formada por 25 companhias do segmento industrial de consumo e seus relatórios financeiros do exercício 2008, busca inferências acerca do *disclosure* voluntário em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e os fatores relevantes a esse processo de comunicação vinculados ou não ao desempenho econômico-financeiro ou a discricionariedade dos seus gestores. As demonstrações financeiras das companhias foram obtidas a partir do banco de dados da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) com a ajuda do programa Divulgação Externa (Divext) disponibilizado em seu site. Caracterizada como uma pesquisa qualitativa e quantitativa, utilizou-se enquanto variáveis independentes os indicadores de financeiros utilizados na literatura científica e a categorização das companhias a partir do nível de comunicação em RSC. Com a utilização da técnica da análise fatorial, obteve-se uma síntese dos resultados que indicou para as empresas que compõe a amostra que o *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC) é fruto do poder de decisão dos gestores das empresas, não estando, portanto, relacionado aos fatores ao desempenho econômico-financeiro dessas empresas.

PALAVRAS-CHAVE: *Accountability*. Distribuição de Riqueza. Responsabilidade Social Corporativa. *Dislousure* Voluntário.

INTRODUÇÃO

A temática da Responsabilidade Social, segundo Tinoco (2001) vem tomando forma desde a Guerra do Vietnã, quando foi exigido pela sociedade o fim da guerra como também a adoção de uma postura mais responsável com relação a responsabilidade social das empresas. A França se destacou ao tratar desse assunto contribuindo na concepção de diversos modelos de *tableau de bord* social e foi o primeiro país a ter uma lei sobre balanço social, conhecida como *Rapport Sudreau*, Lei 77.769 de 12 de julho de 1977. A partir da década de 60 trabalhadores passaram a fazer exigências sobre informações de desempenho social e econômico das companhias.

O *disclosure* social resulta em divulgação pública de um conjunto de informações sobre o envolvimento da empresa com a comunidade, funcionários, meio-ambiente e benefícios dos produtos oferecidos, (FRANKLE (1980) *apud* MILANI FILHO (2007)), pode ser classificado como compulsório (aquelas informações divulgadas obrigatoriamente por lei) e o voluntário (informações que apesar de não serem obrigadas por lei, mas agregam transparência e credibilidade as empresas que as divulgam).

Para que ocorra transparência no processo de divulgação se faz necessário a exposição de todo tipo de informações, sendo elas positivas ou negativas, deixando a critério dos *stakeholders* (usuários da informação contábil, podendo eles serem internos, os gestores e executivos como externos os acionistas, credores e governo) o julgamento, a formação de opinião a partir das informações a seu alcance, tomando assim decisões mais concisas (GOULART, 2003).

Demski & Feltham (1976) defendem a ideia de um único conjunto de regras de coleta e processamento de dados contábeis que fossem compreendidos por quaisquer usuários interessados na informação. A publicação da Lei 11.638 em 28 de dezembro de 2007 projetada no sentido de inserir no Brasil práticas contábeis consoantes com as realizadas internacionalmente (IASB), inclusive ações que dizem respeito à boa prática social.

Neste contexto, pode-se citar a obrigatoriedade da Demonstração do Valor Adicionado, legitimado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através de seu Pronunciamento Técnico 9 de 12 de novembro de 2008.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é caracterizado como um Relatório Social que tem como objetivo divulgar a riqueza gerada pela entidade e sua distribuição em determinado período, sendo sua elaboração a partir da Demonstração de Resultado e outros relatórios contábeis.

Deste modo, pode-se observar que a sociedade vem aumentando o interesse acerca do *disclosure* social, e em muitos casos fortalecendo ou fragilizando as relações de consumo a partir da percepção dos clientes quanto à efetiva preocupação social das empresas. Arantes (2006) verificou no período de dezembro/2003 a dezembro/2005 uma valorização de 225% das ações das empresas tinham uma preocupação com a questão da sustentabilidade e da responsabilidade social.

Com base nesse cenário, o presente trabalho tem a finalidade de estudar se o grau de *disclosure* social esta condicionado com o resultado financeiro das empresas e o grau de comunicação das práticas de responsabilidade social corporativa. A pesquisa desdobra-se a partir do trabalho realizado por Conceição et. al. (2010) com 123 empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e de outros trabalhos (CIPOLA et.al., 2008; BORBA et.al., 2009; MURCIA; SANTOS, 2009).

Para realizar este trabalho foi utilizada uma amostra formada por 25 companhias (**Quadro 1**) do segmento de indústria de consumo listadas na BOVESPA, a partir das demonstrações contábeis disponibilizadas do exercício de 2008, impactadas, portanto, com a Lei 11.638/2007.

EMPRESA	SEGMENTO
EXCELSIOR ALIMENTOS S/A	Alimentos
JBS S.A.	Alimentos
NATURA COSMÉTICOS S/A	Farmacêutico e higiene
BOMBRIL AS	Farmacêutico e higiene
CREMER S.A.	Têxtil e Vestuário
HYPERMARCAS S.A.	Comercio atacado e varejo
DIMED SA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	Comercio atacado e varejo
DROGASIL AS	Comercio atacado e varejo
AMIL PARTICIPAÇÕES S/A	Serviços Médicos
SADIA S/A	Alimentos
RASIP AGRO PASTORIL S A	Agricultura
RENAR MAÇÃS S/A	Agricultura
SLC AGRÍCOLA S.A.	Agricultura
CIA CACIQUE CAFE SOLUVEL	Alimentos
MARFRIG FRIGORÍFICOS E COM. ALIMENTOS AS	Alimentos
MINERVA S/A	Alimentos
CAFE SOLUVEL BRASILIA AS	Alimentos
MINUPAR PARTICIPACOES AS	Alimentos
PERDIGÃO S.A.	Alimentos
J. MACÊDO S/A	Alimentos
JOSAPAR- JOAQUIM OLIVEIRA S/A PARTICIP	Alimentos
M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS	Alimentos

MEDIAL SAÚDE S/A	Serviços Médicos
ODONTOPREV S.A.	Serviços Médicos
PROFARMA DISTRIB. PRODUTOS FARMACÊUTICOS	Comercio atacado e varejo

Quadro 1- Empresas que formam a amostra do estudo

Fonte: Os autores

Os relatórios foram obtidos através do site da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) com o auxílio do programa gratuito de divulgação externa (DivExt) no período compreendido entre 24 de fevereiro a 30 de abril 2009.

1.1 Problema da Pesquisa

A pesquisa pretende analisar a influência do desempenho econômico financeiro das empresas que formam a amostra para o seguinte questionamento: **Quais os fatores de desempenho econômico-financeiro são determinantes no *disclosure* voluntário em responsabilidade Social Corporativa (RSC) para empresas listadas no BOVESPA para o segmento industrial de consumo?**

1.2 Hipóteses

Por conseguinte foram estabelecidas as seguintes hipóteses:

Hipótese 0: O *Disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa está relacionado com o poder de discricionariedade dos gestores da companhia; e

Hipótese 1: As variáveis do desempenho econômico-financeiro influenciam o *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC).

1.3 Objetivos

O objetivo geral do trabalho é apontar o grau de influência dos fatores econômicos no *disclosure* voluntário das informações acerca da responsabilidade social corporativa.

Para tanto, estabelece dois objetivos específicos: (1) identificar quais são os fatores do desempenho econômico relevantes ao *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC); (2) investigar o impacto na ampliação do *disclosure* obrigatório resultante da implantação da Lei 11.638/2007 e das normas reguladoras complementares.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Balanço Social como instrumento de Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

A responsabilidade social corporativa (RSC) é um tema bastante discutido entre estudiosos, alguns concordam que ela não se confunde em momento algum com o assistencialismo. Trevisan (2002) afirma que assistencialismo, “às vezes, não passa de um momento de lucidez do empresário, em assinar um cheque e doar para que outra pessoa usufrua daquele benefício.”

Segundo Trevisan (2002) vale lembrar que ser socialmente responsável não é assumir uma postura assistencialista, ou seja, fazer doações em dinheiro ou em bens, porque isso não minimiza as dificuldades de uma pessoa nem de uma comunidade.

Assistencialismo segundo Hebert de Souza (FRANCO, 1995) é a geração de um certo comodismo através de situações de ajuda que são confortantes, ou seja, são atitudes que o empresário toma fazendo doações de recursos que visam atender de maneira emergencial, determinada situação local, sem se comprometer em um projeto que trará benefício a entidade de uma forma mais duradoura e auto-sustentável.

Segundo Oliveira (2002) o conceito de Responsabilidade Social é amplo, referindo-se à ética como princípio balizador das ações e relações com todos os públicos com os quais a empresa interage: os acionistas, empregados, consumidores, rede de fornecedores, meio-ambiente, governo, mercado, comunidade. A questão da responsabilidade social passa, portanto, além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio a comunidade, significa mudança de atitude, numa perspectiva de gestão empresarial com foco na responsabilidade social das relações e na geração de valor para todos.

Para o instituto Ethos (2009) responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Ressalta-se que responsabilidade social não se trata apenas de uma política de recursos internos da empresa, segundo Batista 2000:

“O Balanço Social, como estratégia de mudança, de impacto eminentemente social e cultural, tem por objetivo demonstrar ao universo de usuários, de forma confiável, uma prestação de contas, para que possam conhecer e avaliar, a qualidade dos investimentos, aplicações de recursos e o cumprimento das destinações orçamentárias.”

A produção de Relatório de Sustentabilidade vem sendo cada vez mais usado pelas empresas para dar transparência aos aspectos socioambientais de suas operações. A *Global Reporting Initiative* (GRI), rede global *multistakeholder* criada em 1997 e sediada em Amsterdã, desenvolveu as Diretrizes GRI para elaboração desses relatórios (Banco Central do Brasil 2009). De acordo com a mesma fonte ainda podemos citar que a GRI esta afinada com iniciativas como Indicadores Ethos e Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa (ISE-Bovespa).

Uma das formas de comunicação sobre o desempenho em responsabilidade social corporativa (RSC) se dá pela divulgação do balanço social. O balanço social é constituído por demonstrações de caráter contábil, econômico como também financeiro, ou seja, a confirmação de todos os dados se dará conforme a Contabilidade, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, caso contrario, não serão informações fidedignas e o balanço social não passaria de figura ilustrativa e de instrumento de *marketing* (*marketing social*).

Segundo Tinoco (2009) o Balanço Social é uma necessidade de gestão e resposta a uma demanda de informações e tem duplo objetivo: I) No plano legal, fornece um quadro de indicadores a um grupo social, que após ter sido apenas um simples fator de produção, encontra-se promovido como parceiro dos dirigentes da empresa; II) No plano funcional da empresa, serve de instrumento de pilotagem no mesmo título que os relatórios financeiros. Os trabalhadores encontram-se assim associados à elaboração e à execução de uma política que os liga ao principal dirigente.

Há também opiniões contrárias a regulamentação do balanço social, apontando para o fato de que a elaboração dessas demonstrações incorre-se em custo adicional para as empresas tanto na elaboração quanto na auditoria.

A Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto (Abrasca) demonstrou seu descontentamento, “pois além de aumentar o custo de elaboração para a entidade esse tipo de decisão representa uma imposição às empresas de apresentarem claramente sua contribuição social” surgindo um conflito no que diz respeito à liberdade de expressão das entidades. Um contraponto com a posição favorável da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que há muito tempo tem participado dessa discussão e já divulgou dois pareceres de orientação e incentivo a divulgação de informações de natureza social. O primeiro parecer foi o de nº 15/87 que trata do Relatório da Administração e o segundo foi o 24/92 referindo-se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Após audiências públicas com os interessados pelo assunto não se chegou a um consenso sobre a divulgação obrigatória do balanço social, pois grande parcela das empresas e entidades concluiu que a elaboração e divulgação do balanço social deve ser reflexo de comprometimento das empresas. Com isso a CVM conclui por melhor não emitir nenhuma norma obrigatória de elaboração e divulgação do balanço social.

2.2 Teorias de Evidenciação

As Teorias de Evidenciação tentam explicar as possíveis causas da divulgação de informações não obrigatórias por parte das empresas. Dentre elas destacam-se a Teoria Positiva da Contabilidade e a Teoria Baseada na Economia Política.

A teoria positiva da contabilidade parte do princípio que os gestores das empresas têm por função a maximização dos lucros e que para isso eles precisam adotar padrões contábeis que gerem maior valor ao fluxo de caixa e maiores lucros e que por consequência podem gerar uma diminuição dos custos, como os gastos com informação (ZIMMERMAN et. al. (1978) *apud* BORBA et. al. (2008).

A Teoria da Legitimidade e a Teoria dos *Stakeholders* estão inclusas em uma perspectiva da economia política. Segundo Borba (2008) a Teoria dos *Stakeholders* afirma que a existência de longo prazo das empresas depende do suporte e da aprovação dos *stakeholders*. O que significa que as atividades de uma empresa seriam condicionadas a aprovação dos mesmos e que o *disclosure* representa um canal de comunicação. É importante salientar que quanto maior for a pressão dos *stakeholders* maior o poder exercido e conseqüentemente aumentando o nível de divulgação das informações por parte da empresa.

Partindo do mesmo ideal a Teoria da Legitimidade segundo Farias (2008) também está intimamente ligada à legitimação externa das organizações daí pode-se observar a preocupação com que as empresas têm em lidar e conduzir suas atividades dentro dos limites fixados pela sociedade.

O trabalho realizado por Borba et. al. (2008) foi constatada aderência da verificação empírica com as expectativas da Teoria Positiva da Contabilidade que previa relação positiva entre o *disclosure* ambiental e o tamanho e as empresas de auditoria. Foi observado também que a Teoria da Legitimidade se confirmou em parte, visto que predizia as relações com o tamanho e a rentabilidade.

3. METODOLOGIA

3.1 Determinação da Amostra

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e quantitativa tendo como base a técnica estatística da análise fatorial por componentes principais (ACP). A amostra do estudo foi formada por 25 empresas listadas no BOVESPA (Bolsa de Valores do Estado de

São Paulo - Brasil) que disponibilizaram seus relatórios (DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas) através de sua ferramenta institucional denominada Divulgação Externa (DivExt) relativo ao exercício de 2008.

O programa Divulgação Externa (DivExt) é um *software* gratuito disponibilizado no sítio da BOVESPA que permite acessar através de seu próprio site o conjunto das informações financeiras das empresas listadas, sendo subdivididas em Informes Trimestrais (ITR), Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e Informes Anuais (IAN).

As Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) contemplam os seguintes relatórios: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração de Valor Adicionado (DVA), Notas Explicativas (NE), Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração, sendo seu conjunto utilizado para a elaboração do estudo.

O conjunto das companhias que compõe a amostra foram classificadas em dois níveis de *disclosure* em RSC a partir da análise das DFPs publicadas: formado pelo grupo de empresas que não faziam nenhuma menção sobre gestão de pessoas ou políticas de responsabilidade social corporativa em notas explicativas, gráficos ou demonstrativos em seus relatórios de administração, categorizadas como “*disclosure RSC nulo*” (1); e formado pelo grupo de empresas que faziam menção sobre gestão de pessoas, políticas ambientais e certificações relacionadas aos trabalhadores (SA 8000) e/ou ao meio ambiente (ISO 14000) em notas explicativas, demonstrativos balanço social quantitativo nos moldes do estabelecido pela CVM (Parecer de Orientação nº 15/87), categorizadas como “*disclosure sobre RSC existente*” (2).

3.2 Seleção das variáveis independentes

As variáveis independentes selecionadas no trabalho tomou por base as utilizadas em pesquisas disponíveis na literatura, alcançando a elaboração de modelos paramétricos multivariados, especialmente o trabalho de Conceição e Dourado (2009).

Foram utilizadas as seguintes variáveis independentes na amostra das empresas listadas no BOVESPA conforme Quadro 2 e sua respectiva fundamentação teórica:

<u>Código da Variável</u>	<u>Variável Independente</u>	<u>Referência em Outros Estudos</u>
CTPL	X1 = exigível total / patrimônio líquido (Participação de Capital de Terceiros)	Kanitz (1978)
PCCT	X2= passivo circulante / exigível total (Composição do Endividamento)	Matarazzo (2003)
PERMPL	X3= permanente / patrimônio líquido (Grau de imobilização do patrimônio líquido)	Matarazzo (2003)
LC	X4= ativo circulante / passivo circulante (Liquidez corrente)	Kanitz (1978)
LG	X5= (ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + exigível a longo prazo) (Liquidez geral)	Altman (1977)
LLPL	X6= lucro líquido / patrimônio líquido (Rentabilidade sobre patrimônio líquido)	Kanitz (1978)
LLVL	X7= lucro líquido / vendas líquidas (Margem líquida)	Antunes, Corrar e Kato (2002)
VLAT	X8= vendas líquidas / ativo (Giro do Ativo)	Altman (1968)

DFLO	X9 = despesas financeiras / lucro operacional (Cobertura de juros)	Sanvicente e Bader (1996); Sanvicente e Minardi (1998)
DFEMPR	X10 = despesas financeiras / empréstimos (Serviço da dívida)	Altman (1977)
EB	X11 = empréstimos / patrimônio líquido (Endividamento Bancário)	Matarazzo (2003)
DB	X12 = empréstimos / ativo (Dependência Bancária)	Matarazzo (2003)
CFNCG	X13= fluxo de caixa operacional / (clientes + estoque . fornecedores . outras obrigações) (Capacidade de financiamento da necessidade de capital de giro)	Pereira (2006)
CPD	X14= fluxo de caixa operacional / empréstimos (Capacidade de pagamento de dívidas)	Pereira (2006)
CINV	X15= fluxo de caixa operacional/desembolsos de ativo permanente (Capacidade de investimentos)	Pereira (2006)
EBTDA%	X16= (Lucro líquido + impostos + depreciação - resultado financeiro) / vendas líquidas (Lucro antes de despesas financeiras, depreciação e participações - Ebt da margem)	Pereira (2006)
VALVL	X17 = valor adicionado líquido / vendas líquidas (Lucratividade Líquida das Vendas)	Cosenza (2003)
VALAT	X18 = valor adicionado líquido / ativo (Lucratividade Líquida do Ativo)	Cosenza (2003)
VALPL	X19 = valor adicionado líquido / patrimônio líquido (Lucratividade Líquida dos Recursos Próprios)	Cosenza (2003)
IMPVAL	X20 = impostos / valor adicionado líquido (Impacto dos impostos na riqueza)	Cosenza (2003)
DIVVAL	X21 = dividendos / valor adicionado líquido (Impacto da remuneração dos recursos dos investidores)	Cosenza (2003)

Quadro 2: Variáveis independentes selecionadas no estudo

3.3 Análise Fatorial

A análise fatorial é uma técnica estatística multivariada que busca sintetizar as informações de um grande número de variáveis em um número muito menor de variáveis ou fatores (Hair, 2005, p. 388). Segundo Moraes et al 2006:

“A Análise Fatorial parte da estrutura de dependência existente entre as variáveis de interesse (em geral representada pelas correlações ou covariâncias entre essas variáveis), permitindo a criação de um conjunto menor de variáveis (variáveis latentes ou fatores) obtidas como função das variáveis originais. Além disso é possível saber o quanto cada fator esta associado a cada variável e o quanto o conjunto de fatores explica da variabilidade geral dos dados originais.”

O processo de construção de fatores pela análise fatorial desenvolve-se a partir da análise conjunta de todas as variáveis independentes envolvidas e da identificação de padrões ou fatores subjacentes.

A partir da construção e evidenciação dos fatores, a análise fatorial poderá ser agregada com outras técnicas de análise multivariada, tais como a regressão múltipla. Essa combinação de técnicas possibilitará a redução de riscos com a multicolinearidade, ou seja,

um número maior de variáveis em um conjunto menor de variáveis ortogonalmente independentes (Hair, 2005, p. 430), para tanto obtemos o auxílio do programa estatístico SPSS (versão 14.0).

4. RESULTADOS OBTIDOS

Empregou-se a técnica multivariada de análise fatorial via matriz de correlação estimada pelos mínimos quadrados não ponderado. No surgimento de nebulosidade dos fatores, os mesmos foram rotacionado utilizando-se a técnica *varimax*. Para a manipulação dos dados e emprego da técnica multivariada foi utilizado o software SPSS 14.0.

Segundo o método *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) o conjunto de dados apresenta 42,5% de adequação ao modelo fatorial. Não se analisou o teste de esfericidade de *Bartlett* devido a normalidade multivariada não ser garantida.

Devido alguns fatores apresentarem carga muitos próximas foi utilizada a rotação *varimax* e observou-se uma explicação para o total da variância da amostra em 86,81% com 5 fatores conforme Tabela 1. Deste modo, classificaram-se os fatores da seguinte forma:

- Fator 1 – Componentes do Fluxo de Caixa;
- Fator 2 - Componentes de Recursos Próprios;
- Fator 3 – Componentes de Liquidez;
- Fator 4 – Componentes de Endividamento; e
- Fator 5 - Componentes do Valor Adicionado.

	Component				
	1	2	3	4	5
CTPL		,995			
PCCT				,813	
PERMPL		,976			
LC			,923		
LG			,937		
LLPL		-,963			
LLVL	,988				
VLAT	,355			,691	
DFLO					-,653
DFEMPRES			-,835		
EMPPL		,977			
EMPAT	-,985				
CFNCG			,414	,478	,554
EBTDA	,990				
VALVL	,985				
VALAT	,955				
VALPL		,972			
VALIMP				,682	-,528
VALTERC		,389		-,777	
VALEMPR	,436				,750

Tabela 1: Fatores extraídos pelo método da Análise Fatorial

Construção do modelo linear

A combinação das variáveis em 5 fatores permitiu a redução dos aspectos relativos a multicolinearidade e de acordo com o estabelecido por Hair (2005).

O modelo linear identificado a partir da extração dos fatores apresentou um desempenho insuficiente no teste R^2 em 0,222 mostrando que o modelo tem baixo poder de explicação. Na Tabela 2 é apresentada ANOVA para o modelo de regressão adotada.

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1,112	5	,222	,826	,548(a)
	Residual	4,847	18	,269		
	Total	5,958	23			

Tabela 2: ANOVA – nível de significância

O modelo resultante da extração dos cinco fatores (Fator 1 – Componentes do Fluxo de Caixa; Fator 2 - Componentes de Recursos Próprios; Fator 3 – Componentes de Liquidez; Fator 4 – Componentes de Endividamento; e Fator 5 - Componentes do Valor Adicionado.) pelo método dos mínimos quadrados não ponderados apesar de conseguir explicar 86,81% da variância da amostra (tabela 3), quando conduzidos a construção de uma modelo de regressão multivariada linear, que constitua um modelo preditivo, não apresentou um desempenho significativo que o validasse.

Component	Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %
1	5,300	26,500	26,500
2	4,958	24,789	51,290
3	2,733	13,666	64,956
4	2,676	13,380	78,336
5	1,696	8,478	86,814

Tabela 3: Variância Total Explicada

Deste modo, não é possível afirmar a partir dos relatórios das companhias que formam a amostra, a existência de fatores relevantes relacionados ao desempenho econômico-financeiro e social influenciando no processo do *disclosure* relativo a responsabilidade social corporativa (RSC), apesar *a priori* da significância estatística das variáveis e fatores identificados (a partir do uso da técnica da análise fatorial) e de sua relativa robustez e aplicabilidade na literatura científica.

O resultado sugere sobre o conjunto das companhias de bens de consumo que constituem a amostra, que o *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC) não está relacionado ao desempenho econômico-financeiro e social, mas da discricionariedade dos gestores ou *stakeholders* internos confirmando os estudos de Conceição e Dourado (2009).

Deste modo é aceita a hipótese nula e pode-se concluir que: O *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC) é resultante do poder de discricionariedade dos gestores e dos *stakeholders* internos. Os resultados e conclusões apresentadas limitam-se a

amostra e período analisado, entendendo que o tamanho da amostra pode está limitando o desempenho do modelo fatorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pode verificar que o *disclosure* em responsabilidade social corporativa é bastante reduzido para as empresas do segmento industrial listado na BOVESPA, que formaram a amostra do presente estudo. Essa situação indica uma assimetria entre o avanço da literatura acerca dos potenciais benefícios da divulgação voluntária, com as práticas de comunicação em responsabilidade social corporativa (RSC) e em consequência aos pressupostos teóricos em que estão assentados, teoria dos *stakeholders*, teoria da divulgação voluntária (TDV) e teoria da legitimidade, efetivadas no ambiente empresarial.

Esse contexto, caracteriza em ambiente ainda incipiente das práticas de comunicação voluntária inserida no contexto dos relatórios destinados a usuários externos, ainda fortemente baseado em características relacionadas aos informes de caráter econômico-financeiro, contrastando, inclusive, com os referenciais teóricos da teoria contábil acerca de tais relatórios e do processo de comunicação.

Os resultados obtidos nos leva a refletir que a responsabilidade social corporativa no Brasil ainda precisa percorrer um longo caminho para chegar a patamares ideais de ação e divulgação dessas ações, estando ainda fortemente relacionada ao *marketing* social e com a comunicação de eventos relacionados à caracterização positiva (externalidade positiva).

Pesquisa realizada por Conceição et.al. (2010) de uma amostra com 123 empresas aproximadamente 3,3% das companhias realizam *disclosure* em RSC fundamentado.

É necessário que toda a comunidade (órgãos normatizadores, sociedade civil e demais usuários externos das informações) atue de forma a pressionar quanto a necessidade de aperfeiçoamento das práticas de comunicação relativas a ações de responsabilidade social corporativa, e em consequência com a efetivação de um ambiente empresarial mais saudável e calcado em uma postura socialmente responsável mais efetiva, que resulta no reconhecimento e respeito das variáveis relativas ao trabalho, gestão de pessoas e utilização de recursos naturais.

Os resultados sugerem para o conjunto das companhias de bens de consumo que constituem a amostra, que o *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC) não está relacionado ao desempenho econômico-financeiro e social, mas da discricionariedade dos gestores ou *stakeholders* internos confirmando os estudos anteriores (CONCEIÇÃO e DOURADO, 2009; CONCEIÇÃO et. al., 2010).

Deste modo, aceitou-se a hipótese nula que indicou que: O *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC) é resultante do poder de discricionariedade dos gestores e dos *stakeholders* internos (infelizmente manifestado em patamares bastante reduzido). Os resultados e conclusões apresentadas limitam-se a amostra e período analisado.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Roberta de Carvalho. **Nível de *disclosure* e custo do capital próprio no mercado brasileiro**. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo, 2007.

ARANTES, Eliane. **Investimento em responsabilidade social e sua relação com o desempenho econômico das empresas**. 2006.

ASHLEY, Patricial Almeida; COUTINHO, Renata Buarque Goulart; TOMEI, Patricia Amélia. **Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial: Uma Análise Conceitual Comparativa**. ENANPAD 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro**. Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro. Departamento de Organização do Sistema Financeiro. Ano 4, número 44, julho de 2009.

CIPOLA, Fabricio Carvalho; NOGUEIRA, Heloisa Guimarães Peixoto; FERREIRA, Antonio Francisco Ritter. **Avaliação do desempenho Social: Uma discussão apoiada em análise envoltória de dados (DEA) em empresas siderúrgicas no Brasil**.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS. **Divulgação Externa (DivExt)**. Disponível em: http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/Publ_400.asp. Acesso em 21 de março de 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamentos Técnicos**. Disponível em : <http://www.cpc.org.br>. Acesso em 15 de novembro 2009.

CONCEIÇÃO, S. H. da. DOURADO, G. B.. **Desempenho Econômico-financeiro e Fatores Determinantes no Disclosure Voluntário em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): Um estudo com as empresas listadas na Bovespa (Brasil)**. XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO - ENEGEP, Salvador, BA. **Anais...**, Salvador, outubro de 2009.

CONCEIÇÃO, S. H. da. DOURADO, G. B. BAQUEIRO, A. G. M. SILVA, S. F. BRITO, P. C. **Nível de Comunicação e Disclosure Voluntário em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): Um estudo com as empresas listadas na Bovespa**. XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, Belo Horizonte, MG. **Anais...**, Belo Horizonte, Novembro de 2010.

FARIAS, Kelly Teixeira Rodrigues. **A relação entre divulgação ambiental , desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas**. 189 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo - USP, Ribeirão Preto, 2008.

FERREIRA, Flávio Smania (Mestrando em Administração pela UNESPAR); PUCCI, Eliton Piedade (Mestrando em Administração pela UNESPAR); LOPES, Dirceu Marques (Mestrando em Administração pela UNESPAR); ALBONETE, Evaldo Francisco (Especialista em Contabilidade e Auditoria pela UNESPAR). **Responsabilidade Social Corporativa no processo estratégico das organizações: Uma abordagem através do Balanço Social**. VII SEMEAD – Seminário em Administração FEA-USP 2004.

FRANCO, Augusto de. **Ação local: a nova política da contemporaneidade**. Brasília/Rio de Janeiro: Ágora/FASE, 1995.

INTITUTO BRASILEIRO DE ANALISE SOCIAL E ECONOMICA. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>. Acesso em 02 de dezembro 2009.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx. Acesso em 20 de dezembro 2009.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco De. **Influência do *Disclosure* Voluntário no Custo do Capital de Terceiros**. In: XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria. Anais... Associação dos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, Coimbra: Novembro 2006.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. **Responsabilidade Social e Investimento Social Privado: Entre o Discurso e a Evidenciação**. Revista Contabilidade e Finanças USP, São Paulo 2007.

MONTEIRO, Sônia Maria da Silva. **Fatores explicativos do grau de divulgação ambiental em grandes empresas a operar em Portugal: Análise Univariada**. 2005.

ROVER, Suliani (Doutora do Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade – FEA/USP); TOMAZZIA, Eduardo Cardeal (Mestrando do Programa de Pós Graduação em Economia – UFSC); MURCIA, Fernando Dal-Ri (Doutorando do Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade – FEA/USP); BORBA, José Alonso (Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USO). **Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel**. 2008.

SANVICENTE, Antonio Zorato. **A Contabilidade e a Teoria da Comunicação**. [c.a. 2000]

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: uma abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações**. 1. Ed – 5. Reimp. - São Paulo: Atlas, 2009.

TREVISAN, Fernando Augusto. **Balanco Social como instrumento de Marketing**. RAE-eletrônica, volume 1, numero 2, jul-dez/2002.

MORAES, Odair Barbosa de; ABIKO, Alex Kenya. **Utilização da análise fatorial para identificação de estruturas de interdependência de variáveis**. 2006.